



Violências no processo de integração italiana (Séc. I A.C.): Relações entre a *Lex Licinia Mucia* e a implosão da guerra social

Violence in the italian integration process (1st century B.C.): Relations between the Lex Licinia Mucia and the implosion of the social war

La violencia en el proceso integración italiana (Siglo I A.C.): Relaciones entre la Lex Licinia Mucia y la implosión de la guerra social

Amanda Lemos Fontes [*]

[*] Mestra em História pelo Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ. Doutoranda, também pelo PPGHC, com pesquisa no campo da história política, social e econômica, no que tange a agência feminina em finais da República romana. E-mail: amandalfontes96@gmail.com.

Resumo: A história da República romana foi marcada tanto pela sua relação com as comunidades que a cercavam quanto pelos conflitos travados com elas – cujo cerne, geralmente, era a questão da cidadania. Na tentativa de impedir a imigração para Roma e a subsequente conquista da cidadania pelos povos conquistados, então, os magistrados romanos repetidamente aprovaram medidas legislativas que visavam o seu afastamento da vida cívica de Roma. Aprovada em 95 a.C., a *Lex Licinia Mucia* visava a expulsão desses indivíduos da cidade; e teve como consequência a Guerra Social, alguns anos depois. No presente artigo, assim, discutimos os penosos passos que levaram à integração italiana na República romana, inserindo a *Lex Licinia Mucia* no contexto da implosão da Guerra Social.

Palavras-chave: *Lex Licinia Mucia*; Guerra Social; integração romana

Abstract: The history of the Roman Republic was marked both by its relationship with its surrounding communities and the conflicts it fought with them – the core of which was generally the issue of citizenship. Therefore, to prevent immigration to Rome and the subsequent acquisition of citizenship by the conquered peoples, Roman magistrates repeatedly approved legislative measures aimed at their exclusion from Rome's civic life. Approved in 95 BC, the *Lex Licinia Mucia* aimed at expelling these individuals from the city, which resulted in the Social War a few

years later. In this article, therefore, we discuss the painful steps that led to the Italian integration into the Roman Republic, placing the *Lex Licinia Mucia* in the context of the implosion of the Social War.

Keywords: *Lex Licinia Mucia*; Social War; Roman integration

Resumen: La historia de la República Romana estuvo marcada tanto por su relación con las comunidades que la rodeaban como por los conflictos que libró con ellas, cuyo núcleo principal fue, generalmente, la cuestión de la ciudadanía. En un intento por evitar la inmigración a Roma y la posterior adquisición de la ciudadanía por parte de los pueblos conquistados, los magistrados romanos aprobaron reiteradamente medidas legislativas destinadas a excluirlos de la vida cívica de Roma. Aprobada en el año 95 a. C., la *Lex Licinia Mucia* pretendía expulsar a estos individuos de la ciudad, lo que desencadenó la Guerra Social unos años después. En este artículo, por tanto, analizamos los dolorosos pasos que condujeron a la integración italiana en la República Romana, situando la *Lex Licinia Mucia* en el contexto del estallido de la Guerra Social.

Palabras clave: *Lex Licinia Mucia*; Guerra social; integración romana

Introdução

Roma, em seu âmago, foi uma cidade de imigrantes. Afinal, não podemos esquecer, acreditava-se que, em seu passado lendário, a cidade havia sido fundada por dois irmãos abandonados no rio Tibre após a condenação de sua mãe pelas mãos do Rei Amúlio, de Alba Longa. De fato, como demonstrou Adrian Sherwin-White, nos séculos VII e VI a.C., o Lácio, uma planície, era marcado pela unidade dos povos que o habitavam¹: se o Lácio viesse a ser atacado, era geograficamente impossível que qualquer uma das comunidades ali presentes se defendesse de forma isolada; assim, relações amigáveis entre vizinhos era uma necessidade. O que, automaticamente, fez com que Roma precisasse nutrir relações mutuamente vantajosas para com seus vizinhos desde muito cedo (Sherwin-White 1996).

Foi somente a partir de meados do século IV a.C., quando Roma já era República, que esse quadro parece ter se modificado, com a dissolução daquela que ficou conhecida como a Liga Latina². Ruptura que significou, com efeito, um rompimento do pacto implícito de aliança comunal

¹ Podemos pensar, também, em termos de *syngeneia* ou *homophylia*, como foi demonstrado por Federico Russo (2012).

² Liga Latina é um termo forjado pela historiografia contemporânea e sem equivalente em latim que se refere à união das comunidades do Lácio em busca de proteção mútua contra seus inimigos. Por muito tempo, essa Liga teria existido sem a inclusão de Roma em seu cerne, inclusive agindo, por vezes, contra seus interesses (mesmo que, de modo geral, nutrissem relacionamento colaborativo pacífico). No entanto, por volta de meados do século V a.C., como dizia a lenda, através da vitória de Roma sobre a Liga na Batalha do Lago Regilo, sua soberania foi reconhecida pelos latinos; com

dentre os povos do Lácio e correspondeu a uma alteração no *status* do *homo latinus* individualmente: quando o Lácio era nada mais do que um aglomerado de pequenas comunidades, seus habitantes eram conhecidos simplesmente como *latini* e poderiam pertencer a qualquer uma dessas territorialidades; mas agora, o habitante do Lácio fora forçado a recuar aos seus próprios centros urbanos – e a criar novos, onde não existiam –, fazendo com que o efeito da cidadania local se desenvolvesse em contrapartida ao antigo sentimento de unidade geográfica. Consequentemente, certos costumes originalmente partilhados por todos aqueles considerados *latini* começaram a ser vistos como privilégios cujo exercício dependia da residência dentro de determinado território, ou como o corolário de deveres desempenhados para uma comunidade específica (Sherwin-White 1996, 3-95). O que significa que o antigo sentimento de unidade geográfica acabou por ser substituído por conceitos de pertencimento próprios à cada uma das comunidades do Lácio em sua individualidade – com Roma tomando posição de destaque, pois era o centro comercial da região.

Há de se destacar que, ainda em fins do século IV a.C., Roma estendia parte de seu senso de pertencimento aos seus vizinhos do Lácio com o *ius latii*³; mas o mesmo não pode ser dito para todas as comunidades da Península Itálica. A partir de, pelo menos, meados do século III a.C., a acima referida posição de centralidade comercial de Roma somada à sua agressiva política expansionista fizeram com que a cidade se tornasse atraente para diversos dos povos que a cercavam e com os quais interagiu continuamente, não apenas aos *latini* (Sherwin-White 1996, 3-95). No entanto, nos parece que a dinâmica imigratória que surgiu desse processo não correspondia às expectativas que os magistrados romanos nutriam concernindo o funcionamento cotidiano da cidade. Assim, paralelamente à sua consolidação como centro urbano na Península Itálica, Roma foi assolada por diversos conflitos migratórios com seus vizinhos e aliados que foram se tornando cada vez mais violentos⁴, apesar da ênfase da historiografia da própria Antiguidade na

Roma vindo a assumir papel de liderança na Liga através de um tratado chamado de *Foedus Cassianum*. Por alguns séculos, os termos do tratado foram respeitados e o sentimento de amizade predominou as relações extraterritoriais romanas, mas, em 358 a.C., perante a necessidade de renovação do tratado, insatisfações referentes aos termos da aliança romana com a Liga foram levantadas e, consequentemente, se desencadeou a Segunda Guerra Latina, que teve como consequência a vitória de Roma sobre os povos do Lácio e a dissolução da Liga em 338 a.C. (Humbert 1978, 59-72).

³ O *Ius Latii* (o direito latino – que se referia ao estatuto legal dos latinos em Roma após 338 a.C.), era o direito por meio do qual quaisquer *latini* que se assentassem em Roma seriam concedidos cidadania parcial (*civitas sine suffragio*) – e vice-versa (Lewis, A. “*Ius Latii*.” Oxford Classical Dictionary, 22 de dezembro de 2015. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-3465>. Acesso em 27 abr. 2025).

⁴ Conceituando o século II a.C. com um período de mudanças, Mattia Balbo e Federico Santangelo afirmam: “Falar de transição implica reconhecer que uma mudança fundamental ocorreu nesse período [o século II a.C.]. Após a vitória em Zama (202 a.C.), Roma entrou em uma nova fase como recém-vitoriosa de um grande conflito militar, incumbida do desafio da reconstrução interna e da gestão do que se tornaria uma posição hegemônica no cenário mediterrâneo, enquanto seu ponto final (o assassinato de Tibério Graco em 133 a.C.) foi marcado por decisões políticas altamente

obrigação romana de proteção. Sobretudo no decorrer dos séculos II a.C. e I a.C., a questão da imigração e da obtenção da cidadania romana por parte dos povos aliados e conquistados (conhecidos majoritariamente como *socii*⁵) se tornou um problema para Roma. E para lidar com tal questão, uma das táticas preferencialmente adotadas pelos magistrados foi a expulsão dessa população do território romano por meio de medidas legislativas (*leges*).

Esse sistema de expulsão, sancionado por lei, pode ser interpretado como tendo sido permeado por um forte desejo romano de demarcação do não-romano como outro; no entanto, destaca-se que o resultado de tal processo foi a integração *de facto* da Itália sob o estandarte romano a partir da vitória de Roma na Guerra Social. Assim, é esse violento e ambíguo processo de integração e suas conflituosas *leges* que discutimos no presente artigo através de uma análise das causas, do conteúdo e das consequências da *Lex Licinia Mucia*, de 95 a.C., inserindo-a como ponto pivô no disputado contexto da Guerra Social.

Processos de integração e relações Roma-Itália no Século II A.C.

No decorrer do presente artigo, buscaremos seguir os termos definidos por Saskia Roselaar na Introdução de seu livro *Processes of Integration and Identity Formation in the Roman Republic* (2012a, 2), segundo a qual um processo de integração pode ser tido como “uma mistura de pessoas que antes eram segregadas”, sendo, então, a forma com a qual “grupos ou pessoas previamente discriminados com base em aspectos raciais ou culturais são postos em pé de igualdade numa sociedade em comum”. De fato, não buscaremos definir os termos exatos dessa discriminação – o porquê de os romanos desejarem se diferenciar de não-romanos e quais características definiam essa diferença – mas nos debruçaremos, sob o ponto de vista político, nas interações nutridas entre

controversas que se tornaram foco de desacordo e mobilização; a violência emergiu como uma opção política real e eficaz” (Balbo e Santangelo 2023, 6).

⁵ O termo *socii* se referia aos cidadãos de outras localidades aliadas à Roma, geralmente por meio de um tratado – por isso, é um termo que se refere a uma população um tanto heterogênea: cada tratado estabelecia termos de cidadania específicos. A conquista romana da Itália resultou em um sistema de alianças militares pelo qual as comunidades nativas permaneceram teoricamente independentes, mas, na prática, foram reduzidas à posição de meros súditos de Roma. Como afirmamos há pouco, tal relação era, de modo geral, estabelecida por meio de tratados formais de aliança, mas nem todos os aliados italianos se vincularam à Roma da mesma forma: alguns foram reduzidos ao *status* de *socii* após a rendição numa batalha militar. E, com efeito, os termos da relação Roma-*socii* podiam variar, dado que dependiam da fonte de sua rendição: se foi feita de forma voluntária pelos aliados ou se foi originada da sua derrota em guerra. De fato, já na época das Guerras Púnicas, todos os povos pertencentes à Itália não romana eram tidos como *socii*. E, mesmo que, na teoria, alguns tratados estipulassem parceria militar, na prática, todos os povos aliados eram obrigados a auxiliar as empreitadas romanas com o envio de contingente militar para lutar nas legiões (Sherwin-White, A. N., e T. Cornell. “Socii.” Oxford Classical Dictionary, 7 de março de 2016. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-5978?rskey=SH2QwN&result=1> Acesso em 27 abr. 2025).

romanos e não-romanos na Península Itálica e o que elas significaram (ou podem ter significado) na prática para os povos por elas afetados.

Apesar de as comunidades da Península Itálica não terem formado um grupo subordinado coeso, é fato que Roma se tornou a unidade política dominante da região durante a República, o que teve consequências de longo alcance não só para os italianos, mas também para os próprios romanos. Tendo em vista a quantidade de povos que compunham a geografia da Península e com os quais Roma interagia e/ou veio a interagir do século II a.C. em diante, não é inverossímil afirmarmos que os processos de integração que permearam as relações entre Roma e esses povos que a cercavam foram extremamente complexos e diversificados – passando tanto por períodos de amizade quanto de inimizade, intercalados ou não.

O eventual domínio comercial e político-militar romano na região por si só, no entanto, não é suficiente para explicar a integração. Para entender por que, eventualmente, todos os povos italianos passaram a compartilhar uma cultura e uma língua amplamente comuns, diferentes tipos de interação e contato devem ser analisados: se soubermos onde diferentes povos se encontravam na vida cotidiana, poderemos entender como o ‘aumento dos contatos’ levou à mudança. Um requisito essencial para uma compreensão mais clara da integração na República é, portanto, a concentração da investigação em ‘pontos de contato’ que existiram entre romanos e os outros povos da Península, tendo sido eles negativos ou positivos (Roselaar 2012a, 2-7). Assim, no decorrer do presente artigo, focaremos na análise de um tipo de interação – aquela cercando conflitos de cidadania – em ordem de buscarmos definir como esse processo interativo contribuiu para a eventual integração da Península Itálica sob o estandarte de Roma.

Com efeito, com a empreitada de Roma nas Guerras Púnicas, a cidade passou a ter contato contínuo com diversos locais com os quais, antes, nutria nenhuma ou pouca relação –esse que passava, *via de regra*, pelo domínio romano dessas comunidades através do estabelecimento de colônias e *municipiae*⁶. Como consequência desse processo de conquistas territoriais, então, passaram a existir diferentes tipos de cidadania romana, que eram hierarquizadas e determinadas de acordo com diversos fatores, como: gênero, poder aquisitivo e afiliações políticas – fosse de uma

⁶ O *municipium* era uma das instituições mais significativas do direito administrativo romano – era a maneira pela qual Roma incorporava territórios em sua dinâmica institucional. A palavra *municipium* é a forma nominal do verbo *municipare* – que significa "conceder direitos de cidadania" ou "dar privilégios municipais"; traduzido literalmente, o termo significa "o cumprimento do dever". Na realidade, uma assimetria crescia entre Roma e qualquer um de seus parceiros municipais: o *status* municipal, geralmente, acompanhava a *civitas sine suffragio* (cidadania sem direito ao voto em Roma) embora o *ius suffragii* (direito ao voto) pudesse ser adicionado ou adquirido por meio da mudança para Roma. (Purcell, N. "Municipium." Oxford Classical Dictionary, 22 de dezembro de 2015. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-4285?rskey=opsH9Y&result=1>. Acesso em 24 jun. 2025.).

comunidade inteira, fosse de somente um indivíduo que nela habitava. Dos grupos não-romanos mais comumente referidos pela documentação temos: os *latini* (termo que, depois da primeira Guerra Púnica, passou a se referir aos habitantes não-romanos do Lácio), os *socii*⁷, e os *provinciales*⁸ – todos eles eram conhecidos como *peregrini*⁹ (com exceção dos *latini*) e tinham direitos de cidadania hierarquicamente abaixo do romano nativo.

Devido às diferenças locais dessas comunidades conquistadas e aliadas, então, o relacionamento que nutriam e as questões que permeavam suas interações com Roma diferiam uma das outras. Os *socii*, por exemplo, tinham uma hierarquia da cidadania referente, basicamente, ao nível de dificuldade enfrentado por Roma quando da conquista de determinado território: essa que era expressa por meio de tratados de submissão cujos termos se baseavam na demanda romana pelo envio de ajuda militar em conflitos estabelecidos além da Península Itálica (Rosenstein 2012)¹⁰. Em contrapartida, comunidades que possuíam cidadania romana plena estavam sujeitas à lei romana e seus habitantes tinham direito a votar na cidade de Roma; além disso, também tinham seus próprios magistrados para exercer a administração local. Já comunidades com *civitas sine suffragio*¹¹ eram administradas por *praefecti*¹² enviados de Roma — embora as responsabilidades desses homens não

⁷ Há de se destacar que, a partir de certo ponto, o termo *socii* passa a encobrir, também, os *latini*. Desse modo, pode-se dizer que todos os *latini* eram *socii*, mas nem todos os *socii* eram *latini*.

⁸ *Provinciales* eram aqueles que estavam sob influência ou controle romano, mas que careciam até mesmo dos direitos dos *socii*, tendo essencialmente apenas os direitos do *ius gentium* (o direito comum a todos os povos). Eram os povos das províncias que se encontravam sob o somando de Roma (Badian, E. “Provincia/province.” *Oxford Classical Dictionary*, 7 de março de 2016. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-5393>. Acesso em 27 fev. 2025.).

⁹ O termo *peregrini* se referia aos estrangeiros, um cidadão livre de qualquer comunidade não-romana: ou seja, a qualquer estrangeiro que não era um cidadão romano completo, que não pudesse ser visto como um membro da *civitas romana*. Antes da Guerra Social, todos os habitantes da Itália não-romana, com exceção dos *latini*, possuíam o mesmo estatuto civil em Roma e, portanto, eram chamados de *peregrini* (depois da Guerra Social e até o governo de Caracalla, eram *peregrini* aqueles habitantes de comunidades aliadas e subjugadas fora da Itália). Apesar de, por boa parte da história republicana, o princípio de cidadania única ter prevalecido em Roma, ao final do período triunviral, *peregrini* podiam obter cidadania romana e manter aquela de suas comunidades originárias. Há de se destacar que escravizados também não possuíam cidadania plena em Roma, mas eles se encaixavam em uma categoria legal e social própria. (Sherwin-White, A. N., e A. Lintott. “Peregrini.” *Oxford Classical Dictionary*, 22 de dezembro de 2015. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-4859?rskey=DJIEhk&result=1>. Acesso em 27 abr. 2025).

¹⁰ Como demonstrou Nathan Rosenstein (2012, 85-88), o fardo que a concessão de contingente militar para Roma criava para os *socii*, por vezes, era insuperável. À época das Guerras Púnicas, em meados do século II a.C., o autor calcula que houvesse uma proporção 2:1 de *socii* nas legiões romanas (onde a cada três soldados, um era romano e dois vinham dessas comunidades aliadas).

¹¹ *Civitas sine suffragio* era o nível da cidadania romana onde todos os direitos romanos eram concedidos a um indivíduo ou comunidade, com exceção do direito ao voto nas assembleias populares. Para um aprofundamento nessa questão, vide: Humbert (1978).

¹² O termo *praefectus* em si significa “colocado no comando” e descreve uma grande variedade de homens colocados em posições de autoridade - oficiais do exército, grandes funcionários imperiais, oficiais judiciais delegados pelo pretor e representantes de magistrados locais. Eram aqueles que sistematicamente supervisionavam o comando romano nos *municipiae* (Parker, A., G. Watson, e A. Lintott. “Praefectus.” *Oxford Classical Dictionary*, 7 de março de 2016.

sejam bem conhecidas — e tinham seus próprios magistrados, cujas funções era lidar com assuntos não administrativos do dia a dia. Ainda, as comunidades aliadas, de modo geral, também vivenciavam integração administrativa por meio da influência do *dilectus*¹³ romano e dos procedimentos censitários (Roselaar 2012a, 7-8). Assim, essas diferentes formas de interação política inevitavelmente levaram a níveis variados de integração: alguns italianos iam à Roma para votar, enquanto outros apenas experimentavam os poderes e abusos dos *praefecti*.

Apesar de essas relações nutrirem uma faceta um tanto pacífica, ao longo dos anos, elas foram permeadas por diversos conflitos. Uma consequência desse processo de contato contínuo — e sua inerente possibilidade de acolhimento dos habitantes desses *municipi* em Roma —, foi a existência de várias *leges* que não só possibilitavam a expulsão de migrantes do território romano, como sancionavam a revogação da concessão de cidadania legítima a *socii* e *peregrini*, por mais que fosse hierarquizada. No decorrer da República, a expulsão desse contingente do território romano foi prática repetida: em 177 a.C., por exemplo, a *Lex Claudia* visava cancelar a cidadania romana reivindicada pelos latinos que exerciam o *ius migrandi*¹⁴ após o censo de 179 a.C. E, além dessa lei, há outros registros de restrições e abusos ao *ius migrationis* para os anos de 187/184 a.C. e 172 a.C., que demonstram não apenas o desejo dos habitantes de comunidades italianas de obtenção da cidadania romana, por um sem número de motivos (Mouritsen 1998, 87-108), mas também a relutância dos magistrados romanos de a concederem, sobretudo quando se tratava de um longo período de tempo (Liv. XXXIV. 42; XXXIX. 3; XLI. 8-9; XLII. 10.3; cf. XXXIV. 56.5-6)¹⁵: em 126 a.C., por exemplo, um tribuno chamado Peno aprovou uma lei, oposta por Caio Graco, que visava a expulsão de *italici*¹⁶ da cidade de Roma (Cic. *Brut.* 109; Cic. *De Off.* 11.47) sem motivos

<https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-5297>.

Acesso em 27 fev. 2025).

¹³ O processo de recrutamento de cidadãos para comporem as fileiras do exército romano (Pina-Polo, F. “Consul.” *Oxford Classical Dictionary*, 22 de dezembro de 2015. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-1797>.

Acesso em 27 fev. 2025).

¹⁴ O direito de migrar, através do qual, teoricamente, o povo do Lácio poderia adquirir a cidadania romana por meio de sua migração e assentamento na cidade de Roma. Inclusive, a primeira vez na qual tal termo, (*ius migrandi*) é mencionado na historiografia romana é em relação, precisamente, à ocasião da expulsão dos *latini* da cidade sob as sanções da *Lex Claudia*. Há de se destacar, então, que, teoricamente, esse direito teria sido consideravelmente reduzido a partir de inícios do século II a.C., a partir da aprovação dessa lei. No entanto, a conceituação do termo, e até sua possível existência, é, há muito, foco de um acirrado debate; como demonstrado em: Broadhead, W. “Rome’s migration policy and the so-called ‘ius migrandi.’” *Cahiers du centre Gustave Glotz* 12 (2001): 69–89.

¹⁵ Para o ano de 184 a.C., por exemplo, a tradição fala de uma expulsão em massa de toda uma geração de latinos — cerca de 12.000 pessoas — que haviam recebido a cidadania pelos Censores romanos desde 204 a.C. (a datação exata de quando essa medida tomou lugar é incerta: Richard Husband (1916, 316) e Saskia Roselaar (2012b, 150) optam pela datação no ano de 187 a.C.; enquanto isso, Okko Behrends (2002, 17) parece preferir localizar a aprovação dessa medida três anos depois, em 184 a.C.).

¹⁶ Há uma distinção mínima entre *latini* e *italici*, dado que ambos os termos se referem aos habitantes de comunidades não romanas de Itália. No caso, os *latini*, de modo geral, eram os habitantes do Lácio não romano cujas respectivas

aparentes que não a possível tentativa de mantê-los longe da influência de Valério Flaco¹⁷ – quem concorria para o consulado ao seu lado com a promessa de emancipação das colônias italianas. Emancipação essa que, com efeito, traria um marco para o relacionamento de Roma com essa população: cidadania romana plena e um novo posicionamento dessas comunidades, que passariam a ser vistas como parceiras e não como subjugadas do domínio romano (Brunt 1988, 94-96).

Sobretudo a *Lex Claudia* de 177 a.C. é elucidativa da posição de Roma frente aos peregrinos, dado que nos esclarece sobre a prontidão do Senado romano em estabelecer burocracias legislativas que justificavam a revogação de cidadania e o cancelamento da entrada de indivíduos no censo – mesmo que os registros em suas fileiras tivessem sido justificados – se acreditasse que tinha motivos bons o suficiente para assim fazê-lo. De acordo com Tito Lívio (XLI. 9.9-11), o que levou à aprovação dessa medida foi a reclamação por parte de várias comunidades latinas acerca do esgotamento de sua mão de obra nativa causada pela migração destinada ao serviço militar romano que foram ignoradas tanto pelos Censores quanto pelos cônsules dos anos de 179 e 178 a.C., respectivamente. No entanto, em 177 a.C., depois de uma audiência entre representantes dessas comunidades e os magistrados romanos, o cônsul C. Cláudio Pulcro aprovou a *Lex Claudia*. Dentre as reclamações levantadas pelos latinos, se encontrava a alegação de que a condição imposta para a sua migração, que seus filhos fossem deixados nas suas comunidades originárias, estava sendo contornada ou completamente ignorada por parte dos migrantes – o que dava fundamento para invalidar as reivindicações de cidadania de todas as comunidades latinas. Eles pediam, então, que os migrantes irregulares fossem punidos e devolvidos às suas respectivas municipalidades¹⁸, pois a constante emigração os impedia de cumprirem com as demandas militares romanas de forma segura.

Parece, contudo, que a lei atingiu mais pessoas do que somente aqueles que falharam em deixar sua prole em casa. Como demonstrou Tito Lívio (XLI. 9.9-11), a *Lex Claudia* estipulou que

comunidades, por conta do contato inicial que possuíam com Roma, tinham, de certa forma, ligações lendárias com o assentamento da cidade, e possuíam, conseqüentemente, uma posição demasiado privilegiada aos olhos romanos no que tangia questões como cidadania, comércio etc. Já os *italici*, *grosso modo*, eram os povos mais longínquos que habitavam a Itália: eles não necessariamente eram unidos entre si, não fizeram parte da chamada Liga Latina ou da estrutura extraterritorial romana em seus dias mais primórdios; mas eram, em contrapartida, por conta das mudanças na política externa romana no decorrer dos séculos IV a.C. e III a.C., subordinados de Roma (Cornell, T. “Latini.” *Oxford Classical Dictionary*, 6 de março de 2016. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-3601>. Acesso em 27 fev. 2025).

¹⁷ Na verdade, a razão por trás da proposta de Peno não nos fica claro apenas por meio da evidência antiga que a concerne. E, assim, tal motivação, exposta acima, é resultado das suposições embasadas da historiografia política ao longo dos anos (Brunt 1988).

¹⁸ Como apontou Humbert (1978, 34), as comunidades que cercavam Roma no Lácio nunca foram consideradas *municipi* no sentido propriamente dito. No entanto, no decorrer do presente artigo fazemos uso da expressão ‘municipalidades’ pela maior facilidade linguística do termo e para evitarmos repetições desnecessárias.

qualquer pessoa que, ele mesmo ou cujos pais, estivessem registrados em uma comunidade aliada na censura de M. Cláudio e T. Quinctio (ou seja, em 189 a.C.) deveria retornar à essa mesma municipalidade antes do início de novembro de 177 a.C. – anulando, conseqüentemente, as entradas desses indivíduos como cidadãos nos dois últimos censos. Isso significou, na prática, um fluxo enorme de indivíduos que tiveram seus direitos de cidadania revogados e que foram obrigados a retornar a comunidades que, aparentemente, não habitavam há, no mínimo, uma década.

Nota-se que Peter Brunt (1988, 95-7) parece discordar no que tange esse êxodo de Roma e as conseqüências da *Lex Claudia* para os *latini* habitantes da cidade. Para tal autor, não é claro na evidência da Antiguidade se esses cidadãos de fato teriam que deixar Roma, dado que, na legislação de 177 a.C., teria ficado estipulado apenas que poderiam ser registrados como cidadãos romanos somente aqueles que cumpriram com as condições previamente estabelecidas nos acordos de aliança. Assim, ela poderia ter incorrido não em expulsão da cidade, mas em exclusão do censo – e, conseqüentemente, em anulação de direitos de cidadania. Mesmo assim, o autor afirma que o desejo de conquista de direitos por parte das pessoas que migravam em direção à Roma era latente – fosse por quererem igualdade política na cidade, fosse por procurarem proteção contra os abusos repetidamente praticados pelos *praefecti* de suas respectivas municipalidades.

Não obstante os efeitos práticos dessa lei, ela é evidência da relutância de Roma em pensar seriamente em termos de absorção ou emancipação total de comunidades de *peregrini* e *latini* à época de meados da República: a incorporação dos aliados nessa época e sob termos igualitários – ou, até mesmo, somente de suas elites locais – teria parecido, sob quaisquer padrões, um empreendimento enorme e que tinha conseqüências perigosas e de longo alcance para Roma. Com efeito, Roma havia, no passado, conseguido grandes expansões de seu corpo de cidadãos, mas nunca em uma escala comparável à que resultaria de uma emancipação geral de seus aliados e municípios conquistados. Nesse ponto, há de salientarmos mais uma vez a posição cívica bastante controlada que essa camada populacional possuía: concessões de cidadania ocorriam logo após a submissão militar, frequentemente acompanhadas da colonização e reorganização interna dessas comunidades com a justificativa da proteção romana; e direitos políticos eram estendidos aos novos territórios apenas parcial e gradualmente – ou, em alguns casos, isso nem sequer acontecia. Ainda, de modo geral, a concessão de direitos cívicos a peregrinos era um problema para a elite romana de meados da República, principalmente no que tangia a questão estrutural e administrativa da possível imigração ilimitada e descontrolada em direção à Roma que presumivelmente resultaria desse processo, além da conseqüente exacerbação do esquema eleitoral romano (Mouritsen 1998,

109-115) – pontos que tocam, como veremos, também na possível motivação romana para a aprovação da legislação que analisamos no decorrer deste artigo, a *Lex Licinia Mucia*.

Para nós, a existência de legislações como as destacadas acima e sobretudo da *Lex Claudia* é elucidativa do relacionamento um tanto ambíguo¹⁹ nutrido entre Roma e seus vizinhos e aliados no início do século II a.C.: um convívio aparentemente pacífico e de proteção, mas que era permeado pela condição de subordinação dos aliados e por certa animosidade da parte romana. Assim, ela é importante, também, por demonstrar certa prontidão do Senado quando o assunto era a expulsão de *latini* e *peregrini* da cidade (ou do censo): pelos excertos que temos sobre a *Lex Claudia*, somente uma pequena porção dos migrantes, teoricamente, seriam passíveis de algum tipo de reação adversa perante os termos impostos pelos próprios romanos quando do estabelecimento dos tratados de subjugação; no entanto, uma grande quantidade dessa população pagou pelos atos de poucos. Ainda, e esse é o ponto mais importante de termos nos debruçado brevemente sobre essa legislação: por estabelecer um precedente no que tange interferências na concessão de cidadania plena à *latini* exercendo o *ius migrandi*, ela nos elucida sobre alguns termos concernindo quem poderiam vir a ser as possíveis vítimas de uma lei posterior, assim como as motivações para sua aprovação: nos referimos, no caso, à *Lex Licinia Mucia de civibus redigundis*, de 95 a.C. – tema do presente artigo.

A *Lex Licinia Mucia*: Conteúdo e motivações

Especificamente sobre a *Lex Licinia Mucia*, temos poucos fragmentos no decorrer da Antiguidade, e, com efeito, todos eles são originários dos escritos de Marco Túlio Cícero. Precisamos, desse modo, reconstruí-la a partir de algumas inferências.

Em um fragmento de seu *Pro Cornelio*, preservado no trabalho de Ascônio (67-68C), Cícero condena a supracitada legislação como tendo sido inútil e perniciosa à República, apesar de assegurar que os cônsules que a passaram – Lúcio Licínio Crasso e Quinto Múcio Cévola – eram homens dos mais sábios que existiram até o seu tempo: eles eram “*sapientissimi*” e a lei fora

¹⁹ Ambíguo porque o relacionamento romano com os *latini*, principalmente, mas, em certo nível, com o restante dos *italici* também, era sublinhado por uma necessidade quase paternalista de Roma em protegê-los, ao mesmo tempo em que esses aliados, agora no início do século I a.C., pareciam desejar cidadania e direitos em pé de igualdade para com Roma, que basicamente se negava a concedê-la como meio de manter sua hegemonia e controle sobre as massas social e politicamente. Afinal, sabemos os fins que tiveram aqueles magistrados romanos que ousaram tentar passar legislação que favorecesse tal contingente, trazendo-os ao centro do cotidiano político romano, como Valério Flaco ou os irmãos Graco em fins do século II a.C. As repetidas e frustradas tentativas de integração do povo italiano em Roma, que eram quase que imediatamente seguidas por alguma legislação visando sua exclusão, só serviram como meio de borbulhar os antagonismos nutridos entre os aliados e Roma através do tempo – mesmo que esses fossem intercalados por momentos de paz –, até que parecem ter atingido seu estopim com a Guerra Social em 92/91 a.C.

“*inutilem sed perniciosam rei publicae*”. Aos adjetivos de Cícero, Ascônio adiciona: o efeito da lei foi tão desastroso sobre as relações entre Roma e seus vizinhos, *latini* e *peregrini*, que foi por conta dela que, três anos depois, implodiu a Guerra Social – principalmente por conta do insulto que continha aos *principes italicorum populorum*²⁰. Ascônio, na verdade, nos explica a intenção da *Lex Licinia Mucia*: restaurar *socii* às suas municipalidades de origem. Segundo ele, já que os povos italianos estavam, há muito, sendo tomados por um grande desejo pela cidadania romana, grande parte deles simplesmente se apresentava como cidadãos quando esse direito não lhes havia sido concedido – ou seja, eles fingiam ser cidadãos romanos quando não o eram. Assim, a lei se fez necessária para que se pudesse devolver cada um desses supostos ‘falsos’ cidadãos às suas devidas municipalidades.

A partir da primeira leitura desse excerto de Ascônio, essa medida se assemelha em muito ao que expomos em relação àquelas que a precederam concernindo o cancelamento de direitos de cidadania romana. Menções à *Lex Licinia Mucia*, no entanto, também aparecem em outros trabalhos e discursos ciceronianos. A primeira delas acontece no *Brutus* (Cic. *Brut.* 63), ocasião na qual o orador cita a lei de forma irônica e humorística, sem muitos detalhes quanto ao seu conteúdo além daquele referente à restauração de cidadanias peregrinas. Já no *De Officiis* (3.47), Cícero contrasta a *Lex Licinia Mucia* com a lei de Peno de 126 a.C., comentada acima; ocasião na qual afirma que banir estrangeiros de uma cidade é desumano. Apesar disso, ele postula ser incorreto se passar por cidadãos de uma localidade quando não se tem esse direito, e segue adjetivando os cônsules Crasso e Cévola como *sapientissimi*. Pode parecer um argumento contraditório da parte de Cícero defender as duas coisas, mas o seu ponto é que a *Lex Licinia Mucia* não deveria ser interpretada como tendo sido uma lei que necessariamente obrigava *peregrini* a deixarem Roma: só os que ali estavam de forma irregular. No mais, o *De Officiis* é um trabalho de ética e não de pragmatismo político, como apontou Fiona Tweedie (2012, 125) ao tratar da mesma passagem.

Próximo na listagem de referências cronológicas à *Lex Licinia Mucia* nas obras ciceronianas é o *Pro Blabo*, onde há dois excertos que nos interessam. O primeiro diz respeito ao único julgamento que temos conhecimento ter acontecido sob as provisões dessa lei – que será comentado

²⁰ “Aqui, a menção aos príncipes é especialmente significativa. Ela é recorrente na *Periochae* do septuagésimo primeiro livro de Tito Lívio, onde o epitomador conta que ele registrou as conspirações e discursos dos italianos no final de 91 ‘*in consiliis principum*’. As comunidades italianas eram, é claro, governadas de forma oligárquica — pelos *domi nobiles*, sobre os quais ouvimos algo na época de Cícero. Eram eles, sozinhos, que podiam expressar suas opiniões oficialmente em delegações ao senado ou informalmente em negociações com seus patronos e *hospitas* entre os aristocratas romanos. Eram eles que determinavam, em uníssono ou pela vontade de uma facção dominante, o curso que suas comunidades deveriam tomar. Suas ambições e interesses eram decisivos, e são seus motivos na busca pela cidadania que devemos tentar descobrir, não os dos camponeses italianos que, em sua maioria, estariam prontos para seguir a liderança que eles deram” (Brunt 1988, 100 – Tradução nossa).

mais adiante. No segundo (Cic. *Balb.* 54), Cícero discute os meios de se obter a cidadania romana por peregrinos que essa lei supostamente não alterou: um cidadão de uma municipalidade que tinha tratado com Roma ainda poderia obter cidadania romana por meio de um processo *de repetundis*²¹, por exemplo. Isso demonstra que a lei tinha um objetivo muito específico, como ele já havia afirmado no *De Officiis*: ela não se preocupava em perseguir aliados que haviam recebido sua cidadania legalmente e nem tentava restringir as maneiras pelas quais um não-romano poderia obtê-la. Ou seja, a lei foi formulada contra um grupo específico: aqueles que se diziam cidadãos sem ter recebido esse direito. A questão que permanece, no entanto, é: quem eram esses sujeitos que fingiam ser cidadãos romanos e por que o faziam?

A referência à lei que se encontra no seu *De Oratore* (2.257), mesmo que seja um verso um tanto jocoso, nos ajuda a começar a responder tal pergunta e é a única que alude a circunstâncias diferentes desse discurso que foi construído no decorrer da própria Antiguidade, e que viemos desenvolvendo, sobre ‘falsos cidadãos’ para uma possível motivação originária dessa medida legislativa. Ela segue:

Muitas vezes, também, insere-se um verso graciosamente – seja como ele é, seja com uma pequena alteração – ou uma parte de um verso de Estácio, citado por Escauro num momento de ira (há quem diga que foi desse episódio que nasceu a sua lei da cidadania, Crasso):

Silêncio! Que gritaria é essa? Quem não tem mãe nem pai

Tem tanta arrogância? Parem com essa soberba! (Tradução de Adriano Scatolin e Charlene Miotti)

Nesse excerto, Caio César Estrabão comenta que alguns romanos da época acreditavam a inspiração de Lúcio Licínio Crasso para a composição da lei ter sido a citação furiosa de Marco Emílio Escauro – quem, de fato, foi um grande apoiador da medida – de um verso de Estácio, transcrito na obra de Cícero. A conversa neste ponto do *De Oratore*, no entanto, trata sobre o uso de versos em um ambiente oratório e nenhuma profundidade é dada a esta ocasião, com Estrabão passando a discutir uma piada de Marco Antônio. Essa passagem específica, contudo, atraiu a atenção dos historiadores no decorrer do tempo, que se dedicaram a responder: qual foi a ocasião que levou Escauro a vociferar a frase registrada no excerto?

De acordo com Emilio Gabba (1953, 265 *apud* Tweedie 2012, 127), a ocasião teria sido o julgamento de Caio Norbano Balbo, segundo ele um novo cidadão, acusado de *maiestas*²² em 95/94

²¹ Um pedido julgado perante uma corte senatorial, regida por um pretor peregrino, para resolver questões além-Roma (Badian, E., e A. Lintott. “Repetundae.” *Oxford Classical Dictionary*, 7 de março de 2016. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-5557>. Acesso em 27 fev. 2025).

²² *Maiestas* é uma abreviação comumente usada que se refere ao crime de *maiestas minuta Populi romani* – traduzido literalmente: a diminuição da majestade do povo romano; ou seja, se referia, basicamente, ao crime de lesa-majestade. Essa lei foi criada por Lúcio Apuleio Saturnino em 103 a.C., tanto em resposta à corrupção dos generais responsáveis pela guerra contra os Cimbros e Teutões quanto por conta da frustração das medidas votadas em assembleia – que eram

a.C.; momento no qual uma multidão de aliados teria se aglutinado no *forum* na esperança de intervir em seu favor²³. Segundo essa teoria, a tentativa de intervenção desses indivíduos teria ultrajado Escauro, quem testemunhava contra Norbano, e o resultado foi a *Lex Licinia Mucia*. Fiona Tweedie (2012, 127), no entanto, apresenta contestações a esse argumento. Primeiro, para a autora não há indícios suficientes do estatuto de Norbano como homem novo, muito menos de que, se ele fosse *italicus* ou *socius*, tal posição tenha sido contestada no seu julgamento. O que significaria que suas implicações para outros *socii* e *italici* eram mínimas e, portanto, a aglutinação destes em seu apoio não teria sustento. Em segundo lugar, a aprovação da *Lex Licinia Mucia* não parece ser uma solução lógica ou um tipo de resposta à interrupção dos aliados a Escauro no julgamento de Norbano: esse era um problema imediato e a lei teve consequências bastante reais e de longa duração.

Eric Gruen, por sua vez, ao comentar sobre a lei em um artigo concernindo os procedimentos legais que tomaram lugar no decorrer dos anos 90 a.C., a postula como fazendo parte da dinâmica faccional que ele enxerga dividindo o corpo político romano desde meados do século II a.C. Para esse autor, Lúcio Licínio Crasso e Quinto Múcio Cévola terem sido os responsáveis pela aprovação da lei era indicativo do fato de que “o grupo dos *Metellii* não seguia nenhuma política liberal em relação aos desejos italianos de cidadania e igualdade” (Gruen 1966, 47 – Tradução nossa); o que só é reforçado quando nos debruçamos sobre os esforços de Quinto Servílio Cepião – também, segundo o autor, membro do grupo dos *Metellii* – em 106 a.C. para limitar os direitos de processo especificamente aos *latini*, e não estendê-los a todos os povos aliados da Península Itálica. De acordo com Gruen, então, a famosa observação desdenhosa de Emílio Escauro, membro (e possível líder?) do grupo dos *Metelli*, registrada por Cícero e destacada acima, revela a profundidade de seu ressentimento para com novos cidadãos, e, conseqüentemente, parece ter inspirado a *Lex Licinia Mucia*.

constantemente obstruídas. No entanto, destaca-se que, por conta da frase “*maiestas minuta Populi romani*” ser um tanto ambígua, essa mesma lei foi comumente evocada em qualquer ocasião na qual se julgasse ter transcorrido algum tipo de traição, revolta ou falha no dever público romano por parte de um cidadão: Norbano foi um desses sujeitos. (Balsdon, J., e A. Lintott. “Maiestas.” *Oxford Classical Dictionary*, 7 de março de 2016. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-3890>. Acesso em 27 fev. 2025).

²³ Sobre o julgamento de Norbano e os atos que teriam levado até ele, vide: Badian, E. The silence of Norbanus. *The American Journal of Philology* 104, n. 2 (1983): 156–171.

Isso pois, tradicionalmente, segundo estudiosos da mesma vertente de Gruen²⁴, os autores da *Lex Licinia Mucia* se identificavam com o grupo dos *Metelli*. Para eles, enquanto Lúcio Licínio Crasso seria simpatizante das ideias defendidas por esse grupo, mesmo que não totalmente aderente do mesmo; Quinto Múcio Cévola era seu integrante, tendo seguido os passos de seu pai – quem teria abandonado os favores dos Cépions em ordem de se aproximar dos *Claudii* e, em seguida, dos *Metelli*.²⁵ Eric Gruen e Ernst Badian são dois dos maiores nomes que defendem essa teoria e, de acordo com tais autores, o líder do grupo de influência dos *Metelli* à época da aprovação da *Lex Licinia Mucia* era ninguém menos que Marco Emílio Escauro. Estaria, assim, explicado o porquê do desgostar desse homem para com *peregrini* ter possivelmente sido a motivação por trás da aprovação de tal medida legislativa.

No entanto, e mesmo se tomássemos essa vertente historiográfica, altamente contestada²⁶, como verdade, seria somente esse ressentimento o bastante para se justificar a criação de uma lei como a *Lex Licinia Mucia*? É muito provável que não. O ponto levantado acima concernindo o argumento de Gabba ainda permanece: é improvável que meramente o fato de que tinham irritado Escauro e os membros de sua facção tenha sido crime suficiente para levar à criação de uma grande medida legislativa – e o tom leve, jocoso e sarcástico do *De Oratore* não enfatiza a conexão. Com efeito, ao analisarmos a passagem, nosso foco tem de ser outro: por exemplo, porque na frase tão comumente investigada e vociferada por Escauro como inspirando a *Lex Licinia Mucia*, ele fala sobre mães e pais? Esse é um detalhe intrigante. Ainda, o fato de a lei ter sido aprovada por ambos os cônsules (e ter o apoio de Escauro) indica que foi considerada uma medida importante à época e que tinha um mínimo de respaldo social e político em meio às elites tradicionais de Roma.

Para podermos entender melhor as origens dessa medida, então, tendo em mente os questionamentos acima levantados, nos voltamos novamente aos argumentos defendidos por Fiona Tweedie. Essa autora parte de uma comparação com a previamente referida *Lex Claudia* de 177 a.C. e basicamente todas aquelas outras medidas legislativas romanas preocupadas com a expulsão de peregrinos da cidade, e afirma que, em ordem de melhor compreendermos a *Lex Licinia Mucia*, é

²⁴ Aqueles que acreditam a realidade romana como dividida em grupos de influência ou facções políticas coesas e bem definidas (chamados de *optimates* e *populares*) que, por vezes, duram décadas ou, até séculos. Notadamente, Gruen é um dos autores que defendem tal realidade que mais concede flexibilidade a tais grupos de influência. Para um debate acerca das ideias defendidas por tais autores, vide: Fontes, Amanda. “Por amor ao poder: uma prosopografia das motivações matrimoniais dos Iulii Caesares no último século da República romana”. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022, 169–182.

²⁵ Para mais sobre a inserção de ambas essas personagens como membros do grupo dos *Metelli*, vide: Gruen 1965; Gruen 1968; Badian 1956; Badian 1958; Badian 1968.

²⁶ Para uma revisão sobre alguns autores que se opõem à essa tese, cf.: Hölkeskamp 2001. Para mais especificamente sobre a não-inserção das personagens acima referidas enquanto parte dos grupos de influência dos *Metelli*, ou outros, vide: Bernstein 1972; Shatzman 1974.

preciso analisarmos as figuras demográficas intimamente conectadas a ela: ou seja, devemos nos voltar ao censo de 97 a.C. e aos acontecimentos que imediatamente o precederam (Tweedie 2012, 128). Com efeito, essa autora não foi a primeira a fazer a conexão entre essa lei e o censo romano: Peter Brunt já havia argumentado, em *Italian aims at the time of the Social War* (1988, 99-100), que ela foi aprovada em resposta a uma infiltração gradual da cidadania romana por aliados ao longo de muitos censos – desde aquele de 187 a.C. até o de 97 a.C.; e que, com ela, os romanos tentavam reafirmar seu controle sobre a adesão de novos cidadãos, dado que, diferentemente das outras ocasiões nas quais romanos teriam aprovado medidas semelhantes, agora não o faziam a pedido ou com o consenso dos aliados.

Assim, como pode ser inferido a partir da conexão entre ambos os autores acima referidos, existem relações diretas entre os acontecimentos precedentes à 95 a.C. e a criação da *Lex Licinia Mucia* – e ambos os autores parecem atribuir esses relacionamentos ao crescente desejo dos *socii* pela cidadania romana (como, notadamente, o fez Ascônio), assim como à recusa de Roma em envolver-se construtivamente com esses desejos: o que somente alimentou tensões entre as comunidades. Mais conectadas ao censo de 97 a.C., estariam questões relacionadas à vitória de Roma sobre os Cimbros em 100 a.C. (Evans 2005), na qual teve centralidade Caio Mário e o reconhecimento que forneceu ao papel dos aliados para o sucesso de Roma, com sua política de liberalidade para com a cidadania – demonstrada através de gestos como a emancipação de uma tropa de cavalaria em Camerino (Cic. *Balb.* 46, 48), e possibilitada pelas disposições de cidadania nas leis coloniais que Lúcio Apuleio Saturnino aprovou (App. I. 29. 132; Cic. *Brut.* 79) (Cary e Sucullard 1975, 212-221). Consequentemente, os Censores de 97 a.C., Lúcio Valério Flaco e Marco Antônio Orador, possivelmente aliados políticos de Caio Mário²⁷, teriam conduzido um censo um tanto quanto liberal, e recrutado como cidadãos romanos um grande número dos apoiadores (*peregrini*) de Mário.

Tendo em vista essa possível centralidade de Caio Mário como intermediário entre a elite romana e a população aliada, então, Ernst Badian (1958, 213-214), seguindo sua linha interpretativa faccional, argumentou a *Lex Licinia Mucia* como uma medida essencialmente anti-mariana em sua intenção; dado que tinha como alvo os Censores mais próximos de Mário. Segundo esse autor, mesmo que essa lei, na maioria das interpretações, seja vista somente como nada mais do que um

²⁷ Ernst Badian é o maior defensor da causa dos Censores de 97 a.C. como firmemente marianos (Badian 1957). Eric Gruen, por sua vez, contesta somente a lealdade de Antônio como defensor dos latinos e partidário de Mário; afinal, Flaco, de fato, havia sido acusado por Rutilio Rufo de ser muito mais servo de Mário que seu colega de consulado em 100 a.C. (Plut. *Mar.* 28.5; Gruen 1966). Já Peter Brunt parece ter dúvidas com relação às lealdades de ambos os Censores, assim como à pré-disposição de Mário no que tangia os povos da Península Itálica (Brunt 1988).

insulto arbitrário e desnecessário aos aliados de Roma — ou, na melhor das hipóteses, como o infeliz resultado do pedantismo jurídico romano —, ela tem lugar natural no decorrer do conturbado período que foi o início do século I a.C. como um ataque aos interesses de Mário cristalizados na Censura de seus amigos. E, desse modo, ela se enquadraria em um padrão de processos jurídicos aos seus aliados/clientes, dentre os quais cita os casos de Norbano, Matrínio (que virá a ser discutido) e o do jovem Cepião. No entanto, esse embate de forças contra Mário era apenas parte da história; e o foco da lei, na verdade, em momento algum parece ter sido opor a Mário em si — mesmo que ela tenha sido usada contra ele. Nestes anos, questões maiores sobre o significado da cidadania romana parecem ter sido contempladas.

Com efeito, como afirmamos na seção anterior deste artigo, as perspectivas do contingente peregrino em Roma eram consideravelmente diminuídas como um tipo de estratégia de conservação do *status quo* pelos membros da elite política romana, pois, para eles, um êxodo exponencial dessa população em direção à Roma desvirtuaria os procedimentos tradicionais do cotidiano político. Ou seja: os magistrados romanos acreditavam que a possível emancipação das comunidades aliadas, assim como o acolhimento descriterioso de *municipalis* migrantes na cidade e a sua consequente participação livre no processo eleitoral romano, poderia desviar as vontades do povo nativo e votante de Roma, alterando o resultado de suas decisões legislativas.

Tradicionalmente, a política romana era movida pelas conexões nutridas entre os indivíduos envolvidos — candidato e votante; essas que poderiam ir desde um relacionamento de parentesco até o clientelismo ou a amizade. O processo eleitoral romano, desse modo, era perpassado por uma série de obrigações sociais facilitadas, ao fim e ao cabo, pela posição — política, social e econômica — que determinada personagem ocupava na sociedade quando de sua candidatura. Esse paradigma, além de enfatizar a característica face a face da política de Roma, cristaliza as possibilidades de manipulação do *populus* votante a favor de determinada figura (Badian 1958; Rosillo-López 2022, 36-61). E essa, de fato, parece ter sido uma das maiores preocupações que cerceavam as mentes dos magistrados romanos na passagem do século II para o I a.C.

Nos parece, então, que à época da aprovação da *Lex Licinia Mucia* os magistrados temiam a força dos generais romanos representada e potencializada pela presença dessa população peregrina e, portanto, emancipada na cidade. De fato, o contexto de guerras constantes pelo qual Roma passava à época e a capacidade desses generais em guiá-la à vitória de forma um tanto que constante os concedia uma posição de destaque no ambiente político. Ainda, a possibilidade, concedida pelas disposições de Apuleio de que generais pudessem, eles mesmos, realizar assentamentos coloniais e emancipar comunidades aliadas no contexto de guerra — tornando-as,

essencialmente, comunidades clientes desse general –, apenas fortificava a influência dessas figuras no processo eleitoral (Piper 1987). É claro, como afirmou Peter Brunt (1988, 99-100) e demarcamos acima, o êxodo em direção à Roma e o aumento da presença de *peregrini* na cidade foi gradual, tendo acontecido no decorrer de muitos anos. No entanto, há de se destacar que as concessões de cidadania às quais nos referimos há pouco podem ter servido para aumentá-lo além do que era considerado normal para os membros das ordens dirigentes tradicionais.

Nesse contexto, o censo de 97 a.C. pode ser visto como um momento de validação dos medos da elite tradicional, dado que foi através dele que se pôde evidenciar empiricamente o panorama do aumento demográfico desse contingente peregrino habitando na cidade de Roma que, portanto, era emancipado. Foi o censo de 97 a.C., então, que deu condições e justificativa à elite política romana para começar a pensar sobre uma eventual solução para o problema da integração que vinha atrelado à presença dessa população na cidade. Desafio para o qual parecem ter encontrado resposta na *Lex Licinia Mucia*. Com efeito, como apontou Tweedie (2012, 129), dada a falta de quaisquer números reais para o censo de 97 a.C., não é possível a checagem dos dados sobre um potencial aumento demográfico em relação aos anos anteriores; mas a evidência da aprovação de uma lei, pouco depois do encerramento de sua contagem, que investigava falsas alegações da cidadania romana, indica claramente que existiram objeções aos registros que nele haviam sido feitos.

***Lex Licinia Mucia*: População alvo**

A extensão da cidadania romana aos *socii* a partir de fins do século II a.C. (mesmo que fosse *civitas sine suffragio*) teve implicações não apenas para Roma, mas também para as comunidades não-romanas da Península Itálica. E, no passado, os *latini* já haviam levantado preocupações sobre o efeito da migração para Roma em sua capacidade de continuar cumprindo cotas militares, como pôde ser observado em alguns fragmentos de Tito Lívio (39.3.4-5; 41.8.6) comentados brevemente na segunda seção do presente artigo. É claro, não há evidências de que a *Lex Licinia Mucia* tenha sido aprovada a pedido dos aliados como o foi a *Lex Claudia*, mas mudanças importantes nas estruturas de cidadania na Península tiveram implicações de longo alcance para todas as comunidades envolvidas, e não só para Roma.

Desde meados do século II a.C., a Itália passou a compartilhar diversos elementos que, antes, não estavam hegemonicamente presentes em todas as regiões: dentre os quais se encontrava a

adoção do latim, de saunas e teatros²⁸. Para a historiografia tradicional, esse movimento foi uma consequência natural das conquistas militares romanas nascidas de seu expansionismo não-violento: era inevitável que os aliados, *quasi*-bárbaros, escolhessem adotar a superior cultura romana (Badian 1968; North 1981). É claro, essa visão estática dos relacionamentos romanos/não-romanos foi há muito rejeitada; no entanto, sua influência é inegável. Dessa forma, atualmente ainda temos historiadores que, apesar de não necessariamente se basearem nessas perspectivas, reproduzem alguns conceitos caros a elas, como aquele da não-violência dos contatos estabelecidos entre essas populações e Roma. Desse modo, ao nos voltarmos à *Lex Licinia Mucia*, temos a presença de autores como Okko Behrends (2002, 25-27), quem a defende como nada mais que uma insistência por parte da administração romana de que não-romanos respeitassem o fato de pertencerem às suas próprias *civitates*, sem expulsões obrigatórias da cidade ou outros atos mais rígidos, de forma semelhante àquela que Peter Brunt (1988, 95) supõe ter possivelmente ocorrido com a *Lex Claudia*.

Haja vista tal argumentação e a linha de pensamento desenvolvida pela documentação nos excertos que destacamos na seção anterior, pode-se afirmar que toda a discussão feita até o momento acerca da *Lex Licinia Mucia* a pintou como uma medida um tanto severa, mas cujas intenções eram um tanto brandas. Afinal, compelir os estrangeiros que habitavam Roma ilegalmente a voltarem às suas próprias municipalidades poderia, como foi por Behrends (2002, 25-27), ser visto como um ato de respeito para com essas próprias comunidades que, de outra forma, teriam sido esgotadas demograficamente. Contudo, apontar somente essa intencionalidade para tal corpo de leis parece um tanto tenro, dado o fato de que suas consequências foram possivelmente avassaladoras para a população não-romana habitante de Roma à época, como sabemos pelos testemunhos de Cícero e Ascônio. Dessa forma, há de se levar em consideração o fato de que uma lei, considerada por Cícero como *perniciosa rei publicae* e que Ascônio pensava como uma das principais causas da Guerra Social, não pode simplesmente ter justificativas filosóficas e, como prática real no cotidiano romano, ser apenas um pedido de respeito ao fato de que não se era realmente cidadão: havia de existir uma forma de fazer com que a lei fosse aplicada.

Com efeito, temos conhecimento de um julgamento no qual o réu foi acusado sob a égide da *Lex Licinia Mucia*: o caso de T. Matrínio, homem proveniente da região de Espoleto – caso comentado por Cícero em seu *Pro Balbo* (49). Na verdade, Richard Husband, em um estudo concernindo toda a legislação romana preocupada com a expulsão de estrangeiros da cidade, afirma ter sido esse o objetivo principal de tal lei: o estabelecimento de tribunais para o julgamento de

²⁸ Sobre essas mudanças, vide: Balbo e Santangelo (2023).

casos de supostas assunções ilegais dos direitos dos cidadãos romanos. O autor chega a essa conclusão após uma longa análise da linguagem retórica e jurídica empregada por Cícero e Ascônio em cada um dos excertos referidos também no decorrer do presente artigo. E, ao fim da mesma, chega à conclusão de que a investigação sobre a origem de nascimento do indivíduo a qual a lei o submetia não seria realizada para determinar se ele era romano, mas se, de fato, ele era estrangeiro (Husband 1916, 322-323).

Nesse contexto, a fala de Escauro – registrada no *De Oratore* (2.257) de Cícero e discutida na seção anterior – faz ainda mais sentido quando conectada às origens dessa medida, assim como o censo romano enquanto sua motivação mais imediata se torna substancialmente mais plausível. Isso pois um sujeito, quando acusado de se fazer passar por um cidadão romano, teria sua ascendência e descendência checadas, necessariamente, nas fileiras do censo, onde, por ser *latini* ou *peregrini*, não teria registros materno e paterno em Roma (pelo contrário: seus registros de maternidade e paternidade o demarcariam, certamente, como pertencente à municipalidade da qual se originava – sobretudo se viesse de uma comunidade aliada); e, conseqüentemente, seria punido de acordo com as sanções da lei.

O caso de Matrínio, dessa forma, é especialmente elucidativo sobre as verdadeiras vítimas da *Lex Licinia Mucia*. Por meio dele, sabemos que, sob as sanções dessa lei, Matrínio foi acusado de se passar por um cidadão romano quando não tinha esse direito e teve que provar tê-lo. Não obstante, ele era cliente de Caio Mário e, de acordo com Cícero, durante seu julgamento, foi revelado que esse mesmo general, sob a provisão da *Lex Appuleia*, havia-lhe concedido direito de cidadania quando do estabelecimento de Espoleto enquanto colônia romana. L. Antístio Pol. Regino, no entanto, acusador no caso de Matrínio (Badian 1957, 334), exatamente por conta da concessão de cidadania de Matrínio ter acontecido baseada na *Lex Appuleia*, argumentava que as colônias nas quais Espoleto se localizava não haviam sido, tecnicamente, fundadas – dado a anulação dos atos de Saturnino; o que, caso aceito, automaticamente faria todas as concessões de cidadania de generais em combate nulas, inclusive as de Mário (Piper 1987).

O fato de Matrínio ter sido cliente de Mário e esse general ter testemunhado em seu favor, fez com que uma grande parte da tradição enxergasse a *Lex Licinia Mucia* como uma medida que consistia num ataque premeditado a Mário, de origens e fins faccionais. Ernst Badian (1957, 333-334), como discutimos anteriormente, sugeriu que o julgamento de Matrínio deve ser interpretado no contexto das lutas faccionais de 95 a.C. e foi concebido para pressionar a posição de Mário junto dos seus clientes aliados – ou seja, a acusação desse caso visava alienar a posição de Mário enquanto uma figura extremamente próxima dos *latini* e *peregrini* habitantes de Roma, em

crescimento cada vez maior. Por sua vez, Eric Gruen (1966, *passim*) argumentou que a acusação pretendia desestabilizar a relação de Mário com Lúcio Licínio Crasso e Quinto Múcio Cévola, segundo o autor seus aliados de longa data, usando a lei destes contra ele.

No entanto, nem tudo em Roma se tratava de política faccional. E as intenções de Antístio Regino no julgamento de Matrínio deixaram claras a sua finalidade: a anulação de todos os atos de gerais que poderiam conceder cidadania romana através da fundação de colônias e *municipi*. Isto é, estavam em perigo todos os clientes peregrinos de Mário, e até mesmo outros estrangeiros habitantes da cidade de Roma que haviam sido inclusos no censo de 97 a.C., e que tiveram suas cidadanias romanas concedidas em tempos de guerra ou através de um tratado de paz entre suas *civitatis* e Roma. O que significa que, em 95 a.C., as questões que pairavam sob as mentes dos romanos concernindo o crescente contingente de *peregrini* na cidade eram totalmente diferentes daquelas levantadas na iminência da aprovação das previamente mencionadas leis de expulsão de estrangeiros de Roma.

Agora, o problema já não era a proteção da população dessas municipalidades, mas o desejo cultivado por seus habitantes originários de estarem em pé de direitos com o povo romano.

Vista da perspectiva dos interesses dos cidadãos romanos (...), antigos e novos, a questão que se colocava era fácil: deveriam [os romanos] deixar os aliados italianos participarem, acolhendo-os na cidadania e [deixando-os] obter as vantagens do Império que ajudaram a conquistar ou poderiam continuar a tratá-los como inferiores, auxiliares úteis, e sujeitos ao *imperium* e à disciplina militar do povo romano? (Behrends 2002, 18).

Claramente, com a *Lex Licinia Mucia*, os romanos buscaram a continuidade do tratamento que vinham concedendo, e, até mesmo, o exacerbamento desse relacionamento, como demonstram as sanções e punições da lei àqueles que eram condenados sob suas provisões. Mas que sanções eram essas? Como eram punidos aqueles acusados de se passarem por cidadãos romanos quando não tinham esse direito?

Ernst Badian (1970, 407 *apud*. Tweedie 2012, 135) defende que a lei deveria, provavelmente, ter uma pena capital para aqueles que fossem por ela acusados e condenados em seus julgamentos – seu argumento baseia-se no fato de que Cícero optou por usar a acusação de Matrínio como exemplo na sua defesa de Balbo, um caso que pedia exatamente por esse tipo de pena. No entanto, a maioria avassaladora das referências à lei a afirmam como sendo uma medida que buscava a expulsão desse contingente da cidade de Roma e o seu consequente retorno às suas próprias municipalidades (*in suae civitatis ius*), o que seria certamente impossível caso estivessem todos mortos. Dessa forma, a pena capital parece uma punição severa demais e vai contra o propósito da lei em si.

Indo de encontro ao argumento de Badian, assim, Fiona Tweedie (2012, 135) sugere que a punição no caso de condenação pela *Lex Licinia Mucia* era não a pena capital, mas o flagelamento. Segundo a autora, em Roma, o debate acirrado concernindo os aliados enfatizava os direitos dos cidadãos à *provocatio*²⁹ e a consequente proteção contra a flagelação e abusos que ela acarretava – ou seja, a cidadania romana estava associada ao não espancamento. Como viemos desenvolvendo, fosse no caso daqueles que já eram emancipados – pois inchavam o processo eleitoral – ou no caso daqueles não emancipados – cuja fisicalidade pressionava os magistrados a agirem em direção à integração política e social – a presença de *italici* e *socii* em Roma era vista como um problema pela elite tradicional. Faz sentido, então, que, ao tentarem erradicá-lo, os magistrados tenham optado pela criação de uma medida que enfatizava o princípio da inviolabilidade do corpo romano. Nesse sentido, a punição do açoitamento contido na *Lex Licinia Mucia* encontra gozo no fato de que o castigo e a humilhação atrelados a tal ato eram cruéis o suficiente para desencorajar a perpetuação dos desejos emancipatórios dos aliados e frear seu florescimento em ainda mais pessoas.

Haja vista o estabelecimento de processos jurídicos para a acusação da assunção desautorizada da cidadania romana sob os preceitos da *Lex Licinia Mucia*, fica subentendido que o indivíduo incapaz de provar seu direito cívico seria flagelado e marcado fisicamente (por meio das feridas consequentes do açoite) como estranho ao corpo cidadão romano (imaculado). Nas palavras da própria Tweedie, então:

O fato de a lei não prever uma pena capital poderia ser considerado brando. Havia claramente uma forte ligação na mente romana entre cidadania e imunidade contra espancamentos, para não mencionar um poderoso desejo por parte dos latinos e aliados de evitar este tratamento. A flagelação teria, portanto, deixado claro que os condenados sob a *Lex Licinia Mucia* não eram cidadãos, ao mesmo tempo que lhes permitiria voltar mancando para as suas antigas *civitatibus*. A humilhação para os *principes italicorum populorum* teria sido aguda (Tweedie 2012, 136).

Consequências dos processos de expulsão

²⁹ *Provocatio* era o direito de apelo ao povo romano contra a ação de um magistrado, quer este estivesse empregando coerção sumária sobre o apelante ou presidindo um processo judicial. O termo referia-se à convocação dos cidadãos que deveriam apoiar o apelo ou à convocação do magistrado em questão para um fórum popular. (<https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-5394?rsk=ey=qDPn17&result=1>) Ou seja, era um direito que garantia ao cidadão a possibilidade de entrar em processo contra um magistrado romano, dentro de Roma, por um sem número de violações. Esse era um direito quase que exclusivo aos cidadãos romanos nativos; no entanto, *provocationes* foram oferecidas como termos legislativos em algumas tentativas de integração – ou de cessação delas – do povo italiano em Roma: Flaco parece ter pensado, por exemplo, que algumas comunidades do Lácio prefeririam o *ius provocatio* sobre a cidadania romana plena (dado que um indivíduo não poderia reter dupla cidadania de acordo com a lei romana e esse ‘direito de proteção’ poderia ser o suficiente para saciar suas reclamações de abuso por parte dos romanos em suas comunidades) e, em 122 a.C., o tribuno Marco Lívio Druso ofereceu *provocatio* aos *latini* em contrapartida à proposta de Caio Semprônio Graco. Apesar de tais tentativas e propostas, tal direito nunca foi concedido aos *latini* ou *italici*. Brunt (1988, 99) pensa que, talvez, o direito também garantia a possibilidade de processo contra membros da própria comunidade e, por isso, poderia ser visto como uma infração da autonomia local que exerciam – mesmo que essa fosse, com efeito, extremamente imperfeita.

Dados os desenvolvimentos destacados no decorrer da seção anterior do presente artigo, é inevitável chegarmos à conclusão de que as medidas sancionadas pela *Lex Licinia Mucia* demarcam tal legislação como uma demonstração de crueldade performática que visava a humilhação de *italici* e *socii* e a demarcação do cidadão romano nativo como legítimo. No entanto, depois de séculos de conflito envolvendo a concessão e a retirada do direito de cidadania por parte de Roma, eventualmente, os habitantes das comunidades aliadas da Península Itálica se fartaram da situação e levantaram armas contra Roma. Assim, o insulto do flagelamento contido na *Lex Licinia Mucia* pode ter sido o suficiente para justificar o fato de Ascônio, no excerto comentado no início deste artigo, ter relacionado esta lei à eclosão da Guerra Social. Destaca-se que, em 92 a.C., Roma passaria por um novo censo, que deveria checar o poder de aplicabilidade dessa medida: se esperava, então, que o número de peregrinos habitantes da cidade tivesse diminuído consideravelmente³⁰. E, dentre os Censores do ano se encontrava ninguém menos que Lúcio Licínio Crasso, um dos cônsules responsáveis pela aprovação da lei.

Curiosamente, é nesse momento que se encontra o casamento de Caio Mário, filho homônimo do general romano, e Licínia, filha de Lúcio Licínio Crasso, realizado exatamente no ano de 92 a.C. O censo de 92 a.C., assim, vinha atrelado à muitas promessas, tanto do lado romano quanto do lado dos aliados. Para os romanos, a eleição de Licínio Crasso, responsável pela aprovação da legislação que expulsou um grande contingente de aliados de Roma, dá a sensação de que havia um alto nível de aprovação popular à *Lex Licinia Mucia* e, ainda, deixava implícita a ideia de necessidade da checagem de seu sucesso. Já do lado aliado, o casamento entre as proles de Licínio Crasso e Caio Mário, herói dos peregrinos e único que – de acordo com a documentação sobrevivente – venceu uma acusação sob a égide da lei, dá a sensação de busca por apaziguamento de desavenças por parte do então Censor (Fontes 2022, 318-321).

Há de se destacar que Caio Mário e Lúcio Licínio Crasso eram aliados de longa data. Inclusive, de acordo com o testemunho de Cícero (*Balb.*, 49), durante o julgamento de Matrínio, Licínio Crasso teria se oferecido para atuar na defesa do jovem, mas teve sua ajuda recusada por parte de Mário: o que levou muitos historiadores a argumentarem a favor de uma possível cessação das relações que nutriam. Contudo, mesmo que não tenhamos muitas evidências documentais que sustentem tal argumento, o fato é que o relacionamento deles logo teria se restaurado – ou, provavelmente, nunca foi afligido por tais conflitos políticos. O casamento de Caio Mário e Licínia em 92 a.C., então, simbolizaria o comprometimento de Lúcio Licínio Crasso e seu companheiro de

³⁰ É notório, no entanto, que, conforme foi apontado por Diodoro Sículo (37.13), ainda em 91 a.C., dezenas de milhares de *latini* ainda tinham sua cidadania questionada.

censura, Domício Enobarbo, em buscarem agir de modo menos severo quanto aos povos italianos e de forma mais justa do que o que foi feito em 95 a.C. (Fontes 2022, 318-321).

Os aliados, no entanto, não parecem ter sido complacentes. Diodoro Sículo (37.13), por exemplo, descreve uma ocasião na qual um *principes italicorum populorum* chamado Pompaedius – futuro líder na revolta da Guerra Social – teria se dirigido ao fórum romano acompanhado de 10 mil homens, com espadas escondidas por baixo de suas vestimentas após o fim de suas respectivas investigações judiciais (assumidamente relativas à *Lex Licinia Mucia*), em ordem de cercar o Senado e demandar a cidadania plena para a sua comunidade por meio da força. Os homens de Pompaedius são os precursores da Guerra Social, mas, na ocasião, que aconteceu em 92 a.C., foram convencidos a retornarem à sua *civitates* e tentarem apelar seu direito de cidadania por meios burocráticos. Mesmo tendo voltado sem derramarem sangue, essa anedota demonstra, no entanto, já nessa época, a prontidão dos povos aliados da Península Itálica de levantarem armas contra Roma quando o assunto era cidadania plena – o que eventualmente fizeram, pouco depois, na Guerra Social.

A questão que nos resta responder, assim, é aquela quanto ao tardar do estopim da Guerra Social: se ela estava, de alguma forma, diretamente relacionada à existência e aos termos da *Lex Licinia Mucia*, como sugeriu Ascônio, por que demorou entre três e quatro anos para implodir? Para respondermos tal pergunta nos voltamos ao trabalho de Peter Brunt (1988, 100-107), segundo o qual a repressão rápida e avassaladora da revolta da comunidade de Fregellae³¹ havia demonstrado aos aliados de Roma que uma revolta armada exigia preparação cuidadosa. De fato, o autor levanta dúvidas quanto a possibilidade de que uma revolta tão elaborada como foi a Guerra Social, tenha começado suas preparações apenas a partir do ponto no qual a incapacidade de Marco Lívio Druso³² cumprir com suas promessas se tornou evidente, no ano de 91 a.C. (Tweedie 2011, *passim*) – ano mesmo no qual a Guerra implodiu. Para ele, então, as consequentes atitudes dos aliados podem ser

³¹ Em 125 a.C., como uma forma de resposta à reprovação das propostas de Valério Flaco concernindo a emancipação italiana, a comunidade latina de Fregellae se revoltou contra Roma numa tentativa de exigir a concessão da cidadania romana para si. A reação romana foi rápida e avassaladora na repressão da rebelião, destruindo completamente a região e fundando uma nova cidade, sob o controle romano, em seu lugar, chamada de Fabrateria Nova (Conole 1981).

³² Marco Lívio Druso foi tribuno em 91 a.C.; como parte dos planos de sua administração, propôs políticas favoráveis à plebe e planejou a emancipação dos povos latinos que se encontravam sob controle romano. Suas propostas foram respondidas com grande resistência; o que levou à sua expulsão do Senado. Poucos dias depois, Druso foi encontrado morto em sua casa, onde foi apunhalado, no final de 91 a.C. Sua morte foi o estopim para a implosão da Guerra Social. É interessante destacarmos que um dos maiores apoiadores de Druso e suas medidas no Senado foi ninguém menos que Lúcio Licínio Crasso, na época Censor. Pode parecer contraditório o apoio de Crasso a Druso, principalmente quando focamos, num primeiro momento, nas consequências da legislação por ele aprovada em seu ano de consulado. No entanto, a composição da *Lex Licinia Mucia* por Crasso, dadas suas inclinações filosóficas (Behrends 2002, 15-19, 22-27), pode ser interpretada como uma solução pragmática para um problema que vinha se arrastando por décadas, e não necessariamente um testemunho de sua inclinação notadamente anti-*peregrini*.

vistas como sendo a implementação de medidas e planos provisórios anteriores que foram elaborados, notadamente, à época da *Lex Licinia Mucia*. E, na prática, a história de Pompeius, registrada por Diodoro Sículo e comentada há pouco, ilustra o fato de que os aliados preferiram confiar inicialmente na pressão e na persuasão do que na revolta violenta assim posta. Nessa política diplomática, eles quase obtiveram sucesso: Druso teve o apoio da maioria do senado até a morte de Lúcio Licínio Crasso em setembro de 91 a.C., e foi somente após seu próprio assassinato que os aliados agiram em um plano alternativo. A revolta, nos parece, foi seu último recurso.

Considerações finais

Desde os conflitos de inícios do século II a.C. e passando pela Guerra Social no século I a.C., fica evidente uma grande necessidade de reafirmação do estatuto de romano e o desejo de não integração com seus povos vizinhos e aliados. Dessa forma, ao observarmos o desenrolar desses conflitos, fica evidente que todos envolviam, ao fim e ao cabo, questões concernentes ao pertencimento cívico. Tendo isso em mente, a violência com a qual os romanos passaram a lidar com esse tipo de questão é muito bem ilustrada pelos termos da *Lex Licinia Mucia*, que garantiam uma marca física do não-romano enquanto tal.

Destaca-se, no entanto, que embora o *ius suffragii* pudesse ter sido atraente a ponto de os romanos acreditarem plausível que alguém pudesse fingir possuir cidadania plena, sua simples extensão a todos os aliados envolvia questões cuja solução era quase impossível aos olhos dos magistrados romanos – como o direito a *provocatio* e sua participação no processo eleitoral. É claro, após a derrota dos aliados na Guerra Social, a emancipação desse contingente foi atingida e, consequentemente, a integração da Península Itálica sob o estandarte de Roma encontrou fruição. No entanto, não devemos esquecer que há uma diferença enorme entre a incorporação de um inimigo derrotado e a admissão de aliados com elites e forças militares intactas no corpo cívico romano de forma autônoma. A humilhação da derrota dos aliados na Guerra Social, então, significou uma reviravolta nas relações de Roma com o resto das comunidades da Península Itálica, cujas reivindicações, agora, passaram a ser consideradas como viáveis. Depois da Guerra Social, assim, Roma não mais absorvia comunidades saudáveis, que poderiam inflar seu sistema social, mas um inimigo derrotado e esgotado, que, em sua visão, lhe devia gratidão e obediência.

Referências Bibliográficas

Documentação

Apiano. *Roman History*. Vol. I. Editado e traduzido por Brian McGing. Loeb Classical Library II. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1912.

Ascônio. *Pro Cornelio*. Tradução e comentários de R. G. Lewis. Revisão de Jill Harries, John Richardson, Christopher Smith e Catherine Steel. Em *Asconius Commentaries on Speeches of Cicero*, 114–163. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Cícero. *De Oratore*. Em *M. Tulli Ciceronis Rhetorica, Tomus II*. Estabelecido e traduzido por A. S. Wilkins. Scriptorum Classicorum Bibliotheca Oxoniensis. Oxford: Oxonii e Typographeo Clarendoniano, 1911.

Cícero. *De Officiis*. Tradução e introdução de Walter Miller. Loeb Classical Library, vol, XXI. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1913.

Cícero. *For Cornelius Balbus*. Literalmente traduzido por C. D. Yonge. Londres: George Bell e Sons, 1891.

Cícero. *Brutus*. Traduzido por E. Jones. Disponível em: <http://www.attalus.org/old/brutus1.html>. Acesso em: 01 de set. 2024.

Diodoro Sículo. *The library of History*. Tradução de G. Booth e F. Hoefer. Disponível em: <http://attalus.org/translate/diodorus37.html>. Acesso em: 01 de set. 2024.

Tito Lívio. 1873. *Ab Urbe Condita*, 35-38. Estabelecido por W. Weissenborn. Berlim: Weidmannsche Buchhandlung, 1873.

Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, 39-40. Estabelecido por W. Weissenborn. Berlim: Weidmannsche Buchhandlung, 1875.

Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, 41-42. Estabelecido por W. Weissenborn. Berlim: Weidmannsche Buchhandlung, 1876.

Bibliografia

Badian, E. “Caepio and Norbanus: notes on the decade 100–90 B.C”. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte* 6, n. 3 (1957): 318–346.

Badian, E. “Q. Mucius Scaevola and the Province of Asia.” *Athenaeum* 34 (1956): 104–126.

Badian, E. 1958. *Foreign Clientelae (264–70 B.C.)*. Londres: Oxford University Press.

Badian, E. Roman politics and the Italians (133–91 B.C.). *Dialoghi di Archeologia* 4, pt. 5 (1970): 407.

Badian, E. 1968. *Roman Imperialism in the Late Republic*. Bristol: Basil Blackwell.

Badian, E. The silence of Norbanus. *The American Journal of Philology* 104, n. 2 (1983): 156–171.

Badian, E. “Provincia/province.” *Oxford Classical Dictionary*, 7 de março de 2016. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-5393>. Acesso em 27 fev. 2025.

Badian, E., e A. Lintott. “Repetundae.” *Oxford Classical Dictionary*, 7 de março de 2016. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-5557>. Acesso em 27 fev. 2025.

Balbo, M., e F. Santangelo, orgs. 2023. *A Community in Transition: Rome between Hannibal and the Gracchi*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Balsdon, J., e A. Lintott. “Maiestas.” *Oxford Classical Dictionary*, 7 de março de 2016. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-3890>. Acesso em 27 fev. 2025.

Behrends, O. 2002. “La Lex Licinia Mucia de civibus redigundis de 95 a.C.” Em *Antiquité et citoyenneté: Actes du colloque international de Besançon (3–5 novembre 1999)*, 15–34. Besançon: Institut des Sciences et Techniques de l’Antiquité.

Bernstein, A. “Prosopography and the career of Publius Mucius Scaevola.” *Classical Philology* 67, n. 1 (1972): 42–46.

Broadhead, W. “Rome’s migration policy and the so-called ‘ius migrandi.’” *Cahiers du centre Gustave Glotz* 12, (2001): 69–89.

Brunt, P. 1988. *The fall of the Roman Republic and related essays*. Nova York: Oxford University Press.

Cary, M., e H. H. Scullard. 1975. *A history of Rome: down to the age of Constantine*. Londres: Palgrave MacMillan.

Conole, P. “Allied disaffection and the revolt of Fregellae.” *Antichthon* 15, (1981): 129–140.

Cornell, T. “Latini.” *Oxford Classical Dictionary*, 6 de março de 2016. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-3601>. Acesso em 27 fev. 2025.

Evans, R. “Rome’s Cimbric Wars (114–101 BC) and their impact on the Iberian Peninsula.” *Acta Classica* 48 (2005): 37–56.

Fontes, Amanda. “Por amor ao poder: uma prosopografia das motivações matrimoniais dos Iulii Caesares no último século da República romana.” 2022. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Gruen, E. "The Political Allegiances of P. Mucius Scaevola." *Athenaeum* 63, (1965): 321–332.

Gruen, E. "Political prosecutions in the 90's B.C." *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte* 15, n. 1 (1966): 32–64.

Gruen, E. 1968. *Roman Politics and the criminal courts, 149–78 B.C.* Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Hölkeskamp, K.-J. "Fact(ions) or Fictions? Friedrich Münzer and the Aristocracy of the Roman Republic – then and now." *International Journal of the Classical Tradition* 8, n. 1 (2001): 92–105.

Humbert, M. 1978. *Municipium et civitas sine suffragio: l'organisation de la conquête jusqu'à la guerre sociale.* Rome: École Française de Rome.

Husband, R. "On the expulsion of foreigners from Rome." *Classical Philology* 11, n. 3 (1916): 315–333.

Lewis, A. "Ius Latii." *Oxford Classical Dictionary*, 22 de dezembro de 2015. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-3465>. Acesso em 27 abr. 2025.

Mouritsen, H. 1998. *The Italian Unification: a study in ancient and modern historiography.* Oxford: Oxford University Press.

North, J. "The development of Roman Imperialism." *The Journal of Roman Studies* 71, (1981): 1–9.

Parker, A., G. Watson, e A. Lintott. "Praefectus." *Oxford Classical Dictionary*, 7 de março de 2016. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-5297>. Acesso em 27 fev. 2025.

Pina-Polo, F. "Consul." *Oxford Classical Dictionary*, 22 de dezembro de 2015. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-1797>. Acesso em 27 fev. 2025.

Piper, D. "Latins and the Roman Citizenship in Roman Colonies: Livy 34, 42,5–6; revisited." *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte* 31, n. 1 (1987): 38–50.

Purcell, N. "Municipium." *Oxford Classical Dictionary*, 22 de dezembro de 2015. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-4285?rkey=opsH9Y&result=1>. Acesso em 24 jun. 2025.

Roselaar, S. 2012a. "Introduction: Integration and identity in the Roman Republic." Em *Processes of integration and identity formation in the Roman Republic*, org. S. Roselaar, 1–16. Leiden: Brill.

Roselaar, S. 2012b. “Mediterranean trade as a mechanism of integration between Romans and Italians.” Em *Processes of integration and identity formation in the Roman Republic*, org. S. Roselaar, 141–158. Leiden: Brill.

Rosenstein, S. 2012. “Integration and armies in the Middle Republic.” Em *Processes of integration and identity formation in the Roman Republic*, org. S. Roselaar, 17–34. Leiden: Brill.

Rosillo-López, C. 2022. *Political Conversations in Late Republican Rome*. Oxford: Oxford University Press.

Russo, F. 2012. “The beginning of the First Punic War and the concept of Italia.” Em *Processes of integration and identity formation in the Roman Republic*, org. S. Roselaar, 35–50. Leiden: Brill.

Sherwin-White, A. 1996. *The Roman Citizenship*. Oxford: Clarendon Press.

Sherwin-White, A. N., e A. Lintott. “Peregrini.” *Oxford Classical Dictionary*, 22 de dezembro de 2015. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-4859?rskey=DJ1Ehk&result=1>. Acesso em 27 abr. 2025.

Sherwin-White, A. N., e T. Cornell. “Socii.” *Oxford Classical Dictionary*, 7 de março de 2016. <https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-5978?rskey=SH2QwN&result=1>. Acesso em 27 abr. 2025.

Shatzman, I. “Scaurus, Marius and the Metelli: a prosopographical-factional case.” *Ancient Society* 5, (1974): 197–222.

Tweedie, F. “Caenum aut caelum: M. Livius Drusus and the land.” *Mnemosyne* 64, (2011): 573–590.

Tweedie, F. 2012. “The Lex Licinia Mucia and the Bellum Italicum.” Em *Processes of integration and identity formation in the Roman Republic*, org. S. Roselaar, 123–140. Leiden: Brill.